

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES) DO GRUPO ÂNIMA
EDUCAÇÃO**

Aline Dirolí
Anderson Hideki Higutti
Guilherme Albino Janes
Gustavo Cunha Vilela
Gabrielle Marangoni da Paixão
Felipe Damore Coelho Guilherme

PLANO REAL E OS EFEITOS SOBRE A INDÚSTRIA 1990 - 2000

São Paulo

2022

Aline Diroli
Anderson Hideki Higutti
Guilherme Albino Janes
Gustavo Cunha Vilela
Gabrielle Marangoni da Paixão
Felipe Damore Coelho Guilherme

PLANO REAL E OS EFEITOS SOBRE A INDÚSTRIA 1990 - 2000

Trabalho de conclusão de curso
apresentação ao curso de graduação em
ciências econômicas da instituição
Anhembi Morumbi como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof. Alessandra Cavalcante de Oliveira, Dra

São Paulo

2022

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES) DO GRUPO ÂNIMA EDUCAÇÃO

Aline Diroli

Anderson Hideki Higutti

Guilherme Albino Janes

Gustavo Cunha Vilela

Gabrielle Marangoni da Paixão

Felipe Damore Coelho Guilherme

PLANO REAL E OS EFEITOS SOBRE A INDÚSTRIA 1990 - 2000

Este trabalho de conclusão de Curso foi julgado adequado obtendo título de Bacharel em ciências econômicas e aprovado em sua forma final pelo Curso de ciências econômicas.

São Paulo, 8 de dezembro de 2022

Profa. e Orientadora Alessandra Cavalcante de Oliveira,

Dra.

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

Prof. Marcelo Balloti Monteiro,

Dr.

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

Prof. Pedro Vaz do Nascimento Almeida,

Me.

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Paulista

Curso: Ciências econômicas

Unidade Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso

Prof.: Alessandra Cavalcante de Oliveira

Acadêmico: Aline Diroli, Anderson Hideki Higutti, Felipe Damore Coelho Guilherme, Gabrielle Maragoni da Paixão, Guilherme Albino Janes, Gustavo Cunha Vilela

São Paulo, 01 de dezembro de 2022.

Pinheiro, AC, Giambiagi, FF e Moreira, MM 2001, **O Brasil na década de 90: Uma transição bem-sucedida?** BNDS, IE-UFRJ, BID.

RESUMO

O período entre os anos 1990 e 2000 foi marcado por diversas mudanças estruturais na econômica do Brasil, dentre elas pode-se citar a estabilização da moeda, a abertura de mercado, as privatizações e a desregulamentação do estado. Todos estes processos foram responsáveis por uma reorganização da estrutura produtiva do país. O principal objetivo do trabalho é observar através do plano real, como a indústria brasileira foi afetada. Através de análise histórica, observou-se diminuição nas barreiras tarifárias, queda nos preços dos produtos causada pela abertura econômica, aumentando avassaladoramente a competição interna, a qual causou crise em diversas indústrias brasileiras e transformou o país em um grande importador de multinacionais e tecnologia, desestimulando as exportações. Observou-se também através de dados empíricos de emprego, a redução na relevância das indústrias e o aumento das contratações nos setores de serviço, ressaltando a ampliação tecnológica importada para o país, desestruturando indústrias brasileiras arcaicas.

Palavras-Chaves: Abertura econômica. Tecnologia. Industria.

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Paulista

Curso: Ciências econômicas

Unidade Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso

Prof.: Alessandra Cavalcante de Oliveira

Acadêmico: Aline Diroli, Anderson Hideki Higutti, Felipe Damore Coelho Guilherme, Gabrielle Maragoni da Paixão, Guilherme Albino Janes, Gustavo Cunha Vilela

São Paulo, 01 de dezembro de 2022.

Pinheiro, AC, Giambiagi, FF e Moreira, MM 2001, **O Brasil na década de 90: Uma transição bem-sucedida?** BNDS, IE-UFRJ, BID.

ABSTRACT

The period between the years 1990 and 2000 was marked by several structural changes in the Brazilian economy, among them we can mention the stabilization of the currency, the opening of the market, privatizations, and the deregulation of the state. All these processes were responsible for a reorganization of the country's productive structure. The main objective of the work is to observe through the real plan, how the Brazilian industry was affected. Through historical analysis, it was observed a decrease in tariff barriers, a drop in product prices caused by economic opening, overwhelmingly increasing internal competition, which caused a crisis in several Brazilian industries and transformed the country into a major importer of multinationals and technology, discouraging exports. It was also observed, through empirical employment data, a reduction in the relevance of industries and an increase in hiring in the service sectors, emphasizing the expansion of technology imported into the country, disrupting archaic Brazilian industries.

Keywords: Economic opening. Technology. Industry.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	DESINDUSTRIALIZAÇÃO E OS EFEITOS SOBRE AS ECONOMIAS.	7
2.1	O CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	7
2.1.1	Desindustrialização pelo emprego	7
2.1.2	Desindustrialização pelo emprego e produção	8
2.2	CAUSAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	9
2.2.1	Elasticidade da demanda	10
2.2.2	Terceirização	10
2.2.3	Redução nos investimentos	11
2.2.4	Nova divisão internacional do trabalho	11
2.2.5	Doença holandesa	12
2.2.6	Recessão	12
2.3	TIPOS DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	13
2.3.1	DESINDUSTRIALIZAÇÃO POSITIVA OU NATURAL.....	13
2.3.2	DESINDUSTRIALIZAÇÃO NEGATIVA OU PRECOCE.....	14
3	ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 90	15
3.1	CONTEXTO BRASILEIRO.....	15
3.2	PRECEDENTES DO PLANO REAL.....	16
3.2.1	Abertura comercial	17
3.2.2	Desestatização-privatizações	18
3.2.3	Desregulamentação do estado	19
3.3	PLANO REAL.....	20
3.3.1	Ajuste fiscal	21
3.3.2	Reforma monetária	22
3.3.3	Âncora cambial	23
3.3.4	Consequências do plano real	25
4.	A INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 90	27
4.1	EVOLUÇÃO DO EMPREGO NOS ANOS 1990-2000.....	27
4.2	PRODUÇÃO INDUSTRIAL NOS ANOS 1990-2000.....	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

O Plano real foi um dos grandes planos econômicos feito pelo Brasil, para se conter a inflação, no entanto as medidas que foram implementadas nesse plano podem ter tido impactos em setores da economia que estavam em crescimento, como por exemplo a indústria que diversos economistas atribuem elas com motor do crescimento.

Para entender essa discussão, foi feita a seguinte pergunta o plano real havia contribuído para o processo de desindustrialização brasileiro? A hipótese criada foi que as medidas do plano real contribuíram com esse processo. Para se fazer essa análise o trabalho foi dividido em três capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo aborda sobre a teoria envolta sobre os processos de desindustrialização e os seus efeitos sobre a economia, nele traz sobre os diferentes conceitos de desindustrialização, as causas e os tipos.

No segundo capítulo é apresentado sobre a trajetória histórica que o Brasil passou nos anos 1990, nele é abordado sobre todo precedente do plano real, até a efetiva implementação e suas consequências gerais.

No terceiro ocorre a análise sobre os resultados, para se fazer essa análise foram utilizados dados sobre o emprego setor industrial e de serviços como principais dados extraídos do relatório anual de informações sociais (RAIS), e também dados sobre a produção industrial, que foram extraídos do IPEA data. As considerações finais é onde serão compilados e a resposta sobre hipótese será formulada.

2. DESINDUSTRIALIZAÇÃO E OS EFEITOS NAS ECONOMIAS

A desindustrialização é um assunto muito abordado pelas diversas visões sobre economia que existem, nesse capítulo será abordado sobre os principais conceitos que existem sobre o tema, assim como suas causas, e finalizando com os tipos de desindustrialização que existem.

2.1 O CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O conceito de desindustrialização é um tema que não possui somente uma definição e pode variar de acordo com o que o economista que formularam o conceito acreditam que pode ser relevante fazer a análise do setor industrial, dentre os conceitos existente é possível de se encontrar a definição de desindustrialização pela participação do emprego industrial em relação ao total de empregos na economia Rowthorn e Wells (1987); Palma (2005), e outra acredita que além do emprego deve-se ser analisado em conjunto a produção industrial (Tregenna, 2008; Almeida, et al 2005); Cano (2012).

2.1.1 Desindustrialização pelo emprego

Os autores que utilizam a desindustrialização pela participação no emprego dizem que a desindustrialização está relacionada com “uma queda na participação da indústria principalmente a de manufatura, no emprego total” (Rowthorn e Wells, 1987 p). Esses autores não atribuem a desindustrialização como algo necessariamente ruim para as economias, caso haja aumento da eficiência na produção através de incremento tecnológico. Desse modo conforme as economias conseguissem atingir certo nível de desenvolvimento econômico naturalmente esse processo ocorrerá e o setor manufatureiro não demandará tanta mão de obra que conseqüentemente fará com que os trabalhadores migrem para outras áreas da economia.

Autores como Rowthorn e Ramaswamy, (1999) apud Da Silva 2015 , atribuem esse processo de realocação da classe trabalhadora para o setor de serviços como um problema que precisa ser solucionado, pois esse processo não é instantâneo e pode ocorrer que nem todos consigam se alocar nesse setor, além disso os setores de serviços possuem demandas menos técnicas que o setor manufatureiro, fazendo com que esses trabalhadores tenham menos como se organizar devido a uma menor força sindical que os setores de serviços tem em comparação a setores industriais. Rowthorn e Wells (1987), em seus estudos sobre desindustrialização em países desenvolvidos tiraram como conclusão que a produção manufatureira da economia não se altera em valor relevante quando se analisa a preços constantes, somente a preços correntes. Para Morceiro (2012) uma das explicações para esse fenômeno é a diferença no aumento de preços dos produtos manufaturados e dos serviços, para o autor os ganhos de produtividade no setor manufatureiro são maiores do que o setor de serviços esse ganho de produtividade é repassado em forma de preço, outro fator é a concorrência internacional que pressiona ainda mais o setor de manufatura coisa que não acontece no setor de serviços salvo algumas exceções.

2.1.2 A desindustrialização pelo emprego e produção

Tregenna (2008), em seus estudos sobre desindustrialização e sobre as características do crescimento econômico, trouxe uma visão diferente sobre a desindustrialização. Para a autora, ao analisar somente o emprego, pode trazer uma visão um pouco limitada sobre o conceito, além disso, pode prejudicar um possível diagnóstico no momento de se criar políticas industriais, porque ao somente analisar o emprego como causador da desindustrialização, pode ocorrer o que se chama de “ilusão estatística” e os resultados da análise pode fazer com que o governo tome ações que não tenham tanto efeito na indústria como poderia ter, caso seja utilizado o valor adicionado da indústria na análise.

Em sua análise Tregenna (2008), atribui a indústria manufatureira o motor dinâmico da economia, e aponta alguns fatores que podem fazer com que o emprego e a produção sejam afetados de maneiras diferentes. Tregenna (2008) aponta alguns fatores que refletem essa divergência de comportamento a seguir.

O setor manufatureiro possui uma importância em toda a cadeia de produção, esse seguimento consegue ter uma influência tanto em etapas anteriores que estão na base da cadeia, quanto na produção de bens finais, nessa análise a variável participação no emprego industrial não tem relevância, pois caso haja uma redução do emprego na indústria, porém o setor está em crescimento, a demanda dos setores fornecedores de insumos aumentará, e em contrapartida será possível que os produtores dos bens finais da cadeia consigam ter estímulos e reduzir os seus custos.

Em segundo, a indústria de transformação consegue puxar o crescimento através do multiplicador de demanda do tipo Keynesiano¹. Esse setor demanda um nível técnico superior aos outros setores da economia, conseqüentemente os salários desse setor são mais altos do que a média da economia, desse modo um aumento dos trabalhadores nesse setor pode fazer com que a renda geral da economia cresça e aumento o produto como um todo (Tregenna, 2008).

Quando se analisa a produtividade do setor de manufatura esse obedece a lei de Verdoon que aponta uma “causalidade positiva entre a produção e a produtividade do setor manufatura” Morceiro (2012) p 15, ou seja, nesse quesito a produção é mais importante as economias de escala.

Em relação ao balanço de pagamentos esse setor tem um papel importante em aliviar as pressões nos balanços de pagamento e reduzir o padrão de “*stop and go*” do crescimento econômico, nesse fator a produção é mais relevante do que o emprego.

Pelos motivos citados acima Tregenna (2008) aponta, que é necessário que se faça a interpretação de desindustrialização utilizando-se os dois critérios, emprego e produção.

2.2 CAUSAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Para os autores que criaram o conceito de desindustrialização que possui um foco maior na participação do emprego há alguns fatores que podem ocasionar em

¹ O Multiplicador Keynesiano é a “razão entre a mudança da produção e a mudança no investimento autônomo” Snowdon, Brian; Vane, Howard R. (2005) p 61, essa variável define o quanto o aumento ou redução do investimento consegue influenciar a produção.

redução dos empregos industriais. No entanto, nem todos ocasionam em redução da produção industrial, tais como: aumento de produtividade, a mudança da elasticidade renda da demanda e terceirização, no entanto há outros fatores que podem afetar negativamente a indústria como por exemplo redução nos investimentos, nova divisão internacional do trabalho; “doença holandesa” e ciclo de negócios. Para esses autores é possível de se fazer uma distinção entre alguns fatores que ocasionam em uma desindustrialização positiva e negativa, já para os autores da segunda linha de pensamento não é possível existir uma desindustrialização positiva, porque os dois fatores emprego e produção são analisados em conjunto.

2.2.1 Elasticidade da demanda

Em relação à mudança da elasticidade renda da demanda, seria uma consequência direta do aumento da produtividade industrial. A elasticidade da renda segundo esses economistas tem um comportamento que segue a Lei de Engels que diz que quanto maior a renda de uma pessoa menor será a elasticidade da renda para alimentos. O processo nesse caso é o mesmo para a indústria, conforme o país atinge um certo nível de desenvolvimento, a elasticidade renda para produtos manufaturados tem uma tendência de queda em detrimento de um aumento da elasticidade renda do setor de serviços, nesse caso somente se caracteriza a desindustrialização com a primeira linha de pensamento.

2.2.2 Terceirização

A indústria terceiriza certas áreas que não são consideradas fundamentais para seu funcionamento e eficiência como por exemplo limpeza, segurança, *design* e entre outras com o objetivo de reduzir custos ou direcionar melhor seus investimentos. Dessa forma, o número de vagas no setor de prestadores de serviço aumenta, ocasionando em uma redução no contingente de pessoas alocadas no setor industrial.

2.2.3 Redução dos investimentos.

A relação tanto do emprego na indústria quanto da produção está diretamente relacionada ao grau de investimento da economia no setor industrial. Portanto, quanto maior o investimento maior a participação da indústria nos empregos. No entanto, segundo os autores Gurbuz (2011 apud SILVA; LOURENÇO 2014), após a liberalização das economias, corrida pós anos 1980, os incentivos para se fazer os investimentos físicos ficaram menores e o oposto ocorreu para investimentos considerados financeiros, que não visam aumentar a produtividade da economia.

2.2.4 Nova divisão internacional do trabalho e o comércio internacional

Quando as firmas estão expostas ao comércio internacional, a concorrência com as empresas de fora ocasiona em uma busca por eficiência constante, fazendo com que as firmas menos eficientes não consigam sobreviver, além disso quando se é possível importar insumos de melhor qualidade é possível que ocorra uma melhora na produtividade, ocasionando possivelmente em uma perda dos empregos industriais. A dinâmica do comércio internacional faz com que os países desenvolvidos que possuem mais capital do que mão de obra, se especializem na produção de produtos que possuem alto valor agregado e que são intensivos em capital, já nos países que possuem um excedente de mão de obra em relação ao capital, esses se especializam na produção de produtos com baixo ou médio valor agregados que são intensivos em trabalho, nessa dinâmica as economias desenvolvidas tenham uma perda da participação do emprego. Nesse caso ocorre a desindustrialização quando se analisa com o primeiro conceito, porém não necessariamente ocorre em relação ao segundo conceito, nesse caso ocorrerá se houver uma diminuição das industriais nacionais devido à concorrência estrangeira, e houver uma transferência de especialização para setores primários ou terciários, então sim a desindustrialização, também está ocorrendo em relação ao segundo conceito.

Para Cano (2012) essa é uma das causas do processo de desindustrialização brasileiro, para o autor esse processo de abertura comercial que se iniciou no ano de 1989 ainda no governo Sarney e foi agravado nos governos posteriores, reduziram em grau elevado a proteção às indústrias nacionais, e junto com o câmbio valorizado que facilita as importações esse processo continua a prejudicar o Brasil.

2.2.4 Doença holandesa

A doença holandesa é um fenômeno que ocorreu na Holanda nos anos 1960, onde foi descoberto gás natural em abundância, as exportações dessa *commodities* fez com que a taxa de câmbio se aprecie, fazendo com que o país passe a se especialize nas exportações desse insumo em detrimento de ter uma indústria mais forte, PEREIRA et al (2009). P 145 apontam que a doença holandesa pode trazer benefício para os consumidores no curto prazo, “porque eles compram bens comercializáveis mais baratos do que os que prevaleceriam se a taxa de câmbio estivesse no equilíbrio. ”. Mas no médio prazo esses mesmos consumidores se prejudicarão pois

Inviabilizam a industrialização ou, mais amplamente, a transferência de mão-de-obra para setores com valor adicionado per capita – transferência essa que é principal origem do aumento da produtividade e do desenvolvimento econômico. ” (PEREIRA, et al 2009), p 145.

A doença holandesa é mais um fator que a desindustrialização ocorre tanto pelo lado do emprego quanto pela produção.

2.2.5 Recessões

Nesse caso, a recessão ocasiona normalmente em uma redução na participação do emprego industrial Rowthorn e Wells (1987), dentre os motivos os autores aponta que ocorre um declínio tanto em infraestrutura quanto em equipamentos, desta maneira ocorre uma redução da demanda por uma grande

variedade de produtos industriais. Nos serviços pode ocorrer um processo um pouco mais complexo, pois em alguns setores do serviço privados que estão ligados a produção de bens materiais podem ocorrer uma redução, contudo a outros setores que podem absorver os trabalhadores que eram dos setores industriais que em tempos de prosperidade não aceitariam esse tipo de emprego, porém em tempos de necessidade acabam por aceitar emprego com remunerações mais baixas.

2.3 TIPOS DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A literatura envolta da desindustrialização, disserta sobre dois tipos principais de desindustrialização, a primeira que é possível de se observar nas obras de é a desindustrialização positiva, a segunda e a desindustrialização negativa Rowthorn e Wells (1987).

2.3.1 Desindustrialização positiva ou natural

A desindustrialização positiva seria o resultado do desenvolvimento natural de uma economia em pleno desenvolvimento Rowthorn e Wells (1987). Segundo esses autores, a desindustrialização positiva somente ocorre em países desenvolvidos. Uma consequência desse avanço no desenvolvimento seria o aumento da renda per capita. A indústria, nessa fase, ainda possui relevância no crescimento, porém, essa tarefa não passa a ser mais fundamentalmente feita por esse setor. Nessa fase, é o setor de serviço que irá puxar o crescimento da economia. No entanto, para Tregenna (2008) apud Morceiro (2012) p 47, essa desindustrialização não é de todo positiva pois nessa fase o crescimento da economia é menor do que o verificado no estágio em que a indústria é o motor do crescimento.

2.3.2 Desindustrialização negativa ou precoce

A desindustrialização negativa é um fenômeno que pode ocorrer tanto em economias desenvolvidas quanto em economias em desenvolvimento Rowthorn e Wells (1987). Esse tipo de desindustrialização é fruto de uma dificuldade da indústria em crescer e se tornar dinâmica, com o enfraquecimento da indústria se diminui o número de empregos no setor, que não será absorvido pelos serviços, porque no processo não houve uma criação de um setor que possa substituir a indústria como motor do crescimento, diminuindo assim o PIB per capita e a estagnando a renda geral da economia Rowthorn e Wells (1987).

A Desindustrialização precoce ou prematura, seria a desindustrialização “positiva” ocorrida em países que não são desenvolvidos, que no momento que ocorre esse processo o PIB per capita da economia do país em desenvolvimento é inferior ao observado em países desenvolvidos quando o mesmo processo ocorreu (Palma 2005). Palma 2005, atribui esse processo ao ocorrido nas economias latino-americanas. Nesse contexto, o Brasil pode ser enquadrado, segundo Palma (2005) houve uma mudança grande nas reformas econômicas nos países da América Latina que possuíam grande presença estatal e um modelo de substituição de importações, para um modelo mais liberalizante, esses novos modelos fazem com que os países latino-americanos (incluindo o Brasil) especialize sua produção em setores específicos que possui vantagens comparativas, e passe a importar os outros insumos.

3. ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990

Os anos de 1990, no Brasil, foram marcados por significativas e bem-sucedidas políticas de controle da inflação através de reformas voltadas para o mercado, como a abertura comercial e privatizações, juntamente com modificações nas contas externas, setor produtivo e público. Esse período trouxe uma divisão com períodos distintos, pré e pós plano real. (KUPFER, 2001).

Neste capítulo, serão demonstrados as causas e acontecimentos que antecederam o plano real, quais foram as medidas tomadas para viabilizá-lo, as fases e as consequências dele, para possibilitar a compreensão de que o plano real de fato afetou as indústrias brasileiras causando a desindustrialização ou não.

3.1 CONTEXTO BRASILEIRO

Durante o início da década a situação não estava nada fácil, com inflação galopante que estava em média em 278% entre 1980 a 1989, baixos índices de crescimento do produto (em torno de 2,1% a.a. entre 1980 a 1993), dívida externa enorme (em 1994 a dívida externa estava em 8,4 bilhões de dólares), entre outros problemas herdados dos anos 1980 (Giambiagi, Moreira 1999), não se tinha muito claro qual seria a solução mais plausível para ultrapassar tais *déficits*. A eleição de Fernando Collor, foi o marco inicial para essenciais mudanças ocorrerem.

O governo Collor deu início a abertura comercial e financeira, através de redução de alíquotas de importações, desregulamentação do Estado, privatizações das empresas estatais e diminuição de subsídios na tentativa de atrair capital estrangeiro para o Brasil. Contudo, as principais variáveis macroeconômicas ainda ficaram abaixo das expectativas, com inflação anual média em 278% e PIB em 1,79%. (GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ; PINHEIRO, 1999).

Os primeiros estudos envolvendo a desindustrialização são datados de 1990, quando países latino-americanos, sofreram com políticas de abertura econômica. Países onde a industrialização teve o âmbito de produtos substituíveis sofreram mais,

pois o comércio internacional possibilitou o envio de indústrias para países em desenvolvimento com o intuito de oferecer menor custo de produção, e conseqüentemente maior competitividade no mercado internacional. (PINHEIRO, MOREIRA 2000).

3.2 PRECEDENTES AO PLANO REAL

Com o choque externo, presenciado durante os anos de 1978 a 1982, que contribuíram negativamente para as condições de financiamento do setor público brasileiro. (FRANCO, 1999)

A escalada sem precedentes da taxa de juros americana e a forte alta do preço internacional do petróleo, foram as principais manifestações do choque externo, o que contribuiu significativamente para o *déficit* brasileiro, elevando repentinamente o já preocupante endividamento externo brasileiro.

Afetado o mercado financeiro brasileiro, causou a substituição de créditos externos por financiamentos internos, acelerando a inflação principalmente a partir de 1979, quando bancos privados internacionais cortaram os empréstimos dos endividados e começaram a impor o pagamento do serviço da dívida contraída.

Durante este período a política econômica era exclusivamente voltada para o controle de preços, pois havia a convicção de que com o controle da inflação todos os próximos problemas estavam automaticamente resolvidos e a economia voltaria a crescer. (FRANCO, 1999).

Assim sendo, Itamar Franco criou em 1993 as bases para o plano real, um novo plano de estabilização. Em 1993 o Brasil passou por processos de ajuste fiscal, com a tentativa da redução das despesas em todas as áreas do governo e a imposição do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), em conjunto com a elevação das contas públicas, aumentou o fluxo de capitais, conseqüentemente levantando as reservas. Segundo GREMAUD (2004), assim eram definidas as bases para o plano real:

- a) Retorno do caráter inercial da inflação, que havia se perdido devido aos inúmeros planos de controle do nível de preços;
- b) melhora nas contas públicas, ajuste fiscal;
- c) maior nível de reservas,
- d) Inserção do país no fluxo voluntário de recursos externos;
- e) maior grau de abertura comercial.

O plano real aliado à queda da inflação, foi o ocorrido mais importante da época, entretanto, outros fatores foram decisivos para seu sucesso, como: privatizações, abertura comercial e desregulamentações do mercado, com a meta de diminuir a interferência do governo e aumentar a competitividade econômica.

Tais reformas compreenderam uma série de iniciativas que visavam aumentar a produtividade por meio da minimização da interferência governamental no mercado e da maximização da competitividade da economia. Dentre essas iniciativas as mais importantes foram a liberação do comércio, a privatização e a desregulamentação. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p.8).

3.2.1 Abertura comercial

Antes da década de 1990, o Brasil era uma das economias mais fechadas do mundo, em consequência as políticas de industrialização ao invés de importação a qual comprovou-se insustentável e se esgotou ao final dos anos 80. Com medidas tomadas para viabilizar a abertura econômica, mesmo que estas medidas desfavoreceriam as indústrias brasileiras. (MOREIRA e CORREIA, 1998)

As medidas tomadas nos anos de 1988 e 1989 se deram pela diminuição das barreiras tarifárias e redução das tarifas nominais. Assim sendo a redundância tarifária média saiu de 41,2% para 17,8%, retirados os regimes especiais de importação, unificou-se impostos e reduziu a proteção tarifária da indústria local, com a tarifa modal passando de 30% para 20% e a amplitude de 0-105% para 0-85%. (AVERBUG, 1999).

Dessa forma, devido ao aumento das importações e a falta de estímulos para as exportações, culminou na degradação da balança comercial, afetando diretamente o dólar, dado a redução da entrada de dólares no Brasil, valorizando o mesmo.

O comércio internacional foi positivamente afetado pelos novos acordos comerciais, como o Mercosul, segundo Moreira e Correia (1998, apud, PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001); pois o Brasil se tornou um importante importador de diversas corporações multinacionais [Pinheiro e Moreira (2000)], representando para o Brasil uma modernização tecnológica e aumento de produtividade e, portanto, favorecendo o plano real. Com a abertura comercial, aliado a maior produtividade e aumento das importações e diminuição das exportações, proporcionou o aumento de ofertas de produtos no mercado interno, pressionando os preços dos produtos para baixo, o qual levou as indústrias brasileiras ao mal desempenho, pois se desenvolveram lentamente e não conseguiram competir com as transnacionais.

3.2.2 Desestatização – privatizações

Durante o que foi conhecido como “Collor I”, a Medida Provisória 155/90 foi sancionada. Essa medida implementou o Plano Nacional de Desestatização (PND). Este programa estabeleceu uma comissão diretoria, os quais os membros foram indicados pelo presidente e aprovados pelo congresso nacional. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001).

O processo de privatização se deu da seguinte forma: através de licitação pública, o BNDES escolhia empresas de consultoria para avaliar estatais e recomendar um preço mínimo para venda e identificava possíveis problemas para a privatização e apresentar soluções.

Com o sucesso da PND, juntos os governos Collor e Itamar (o qual deu seguimento ao PND), privatizaram cerca de 30 estatais e arrecadaram um total de US\$ 11,9 BI para o estado. Mesmo sendo idealizado por Collor, o programa teve maior entusiasmo durante o governo FHC, o qual foram vendidas 80 empresas, gerando um total de US\$ 73,3 BI, sendo um marco para o plano real, dado que atraiu grande fluxo de investidores para o Brasil, financiando o déficit em conta corrente evitando assim

pressões inflacionárias, e diminuindo uma possível explosão da dívida pública desta forma reduzindo as pressões inflacionárias (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001).

A figura 1 abaixo ilustra como esses processos de privatizações ocorreu através dos anos.

Figura 1: Privatização: Resultados e Dívida Transferida – 1991/2000 (Em US\$ Milhões)

Setor	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Governo Federal	1.988	3.383	4.188	2.314	1.628	4.749	12.558	26.606	554	7.670	65.638
Aço	1.843	1.639	3.788	917	0	0	0	0	0	0	8.187
Petroquímica	0	1.477	174	528	1.226	296	0	0	0	0	3.701
Fertilizantes	0	255	226	13	0	0	0	0	0	0	494
Cia. Vale do Rio Doce	0	0	0	0	0	0	6.858	0	0	0	6.858
Energia Elétrica	0	0	0	0	402	2.943	270	1.882	1	0	5.498
Telecomunicações	0	0	0	0	0	0	4.734	23.948	421	0	29.103
Empresas	0	0	0	0	0	0	0	21.069	293	0	21.362
Concessões	0	0	0	0	0	0	4.734	2.879	128	0	7.741
Bancos	0	0	0	0	0	0	240	0	0	3.604	3.844
Outros	145	12	0	856	0	1.510	456	776	132	4.066	7.953
Estados	0	0	0	0	0	1.770	15.117	10.858	3.887	3.040	34.672
Energia Elétrica	0	0	0	0	0	1.066	13.430	7.817	2.520	1.582	26.415
Telecomunicações	0	0	0	0	0	679	0	1.840	0	0	2.519
Bancos	0	0	0	0	0	0	474	647	148	869	2.138
Outros	0	0	0	0	0	25	1.213	554	1.219	589	3.600
Total	1.988	3.383	4.188	2.314	1.628	6.519	27.675	37.464	4.441	10.710	100.310
Resultados	1.614	2.401	2.627	1.965	1.004	5.485	22.617	30.897	3.203	10.421	82.234
Dívida Transferida	374	982	1.561	349	624	1.034	5.058	6.567	1.238	289	18.076

Fonte: BNDES.

Fonte: PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA (2001 p 12).

3.2.3 Desregulamentação do Estado

Durante a década de 1990, uma das medidas para tentar estimular a competitividade no mercado interno foi a desregulamentação de instituições financeiras e diminuição do papel do estado na economia. Segundo Pereira (1997, p. 18-19) o novo modelo de estado pode ser explicado como "os componentes básicos da reforma do Estado nos anos 90", o qual possui 4 pontos principais:

- a) Demarcação das funções do estado reduzindo seu tamanho, pelos programas de privatização e terceirização

- b) interferência estatal reduzida apenas ao essencial, por programas de desregulamentação aumentando os mecanismos de controle via mercado.
- c) aumento na efetividade do estado através do ajuste fiscal, pela reforma administrativa, devolvendo autonomia financeira ao governo.
- d) aumento do poder do governo, criando instituições públicas que garantem melhor intermediação dos interesses tornando legítimos e democráticos os governos.

Dessa forma, de acordo com os autores Giambiagi, Pinheiro e Moreira (2001), o Brasil desenvolveu um ambiente mais competitivo e com menos restrições aos agentes de mercado, favorecendo o plano real, estimulando concorrência entre os agentes, via disputas por preço, segurando o aumento da inflação.

Por outro lado, devido à política cambial instaurada durante o plano real, consagrando reformas liberalizantes o Brasil tornou-se menos competitivo frente à concorrência internacional. Uma vez que na tentativa de ancorar os preços, o câmbio foi extremamente desvalorizado e a prática de juros reais altos foi imposta na tentativa de atrair investimentos internacionais e diminuir a inflação.

As indústrias brasileiras começaram a sofrer, com reformas que cortaram os subsídios, a qual reduziu drasticamente proteções aos produtores nacionais, começando no ano de 1983 e de fato sendo totalmente eliminadas em março de 1990, durante o governo Collor. Foi-se também reduzido tarifas de importação de 51% para 35%, juntamente com a abertura econômica, a qual começou ainda em 1988 e durou até 1993. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p.9)

3.3. PLANO REAL

No início de 1993, Fernando Henrique Cardoso é convidado pelo então presidente Itamar Franco, a deixar seu cargo de Ministro das Relações Exteriores e assumir o de Ministro da Fazenda, tendo assim o controle da inflação e da estagnação econômica que assolava o país como missão. Para isso, FHC reuniu um time de economistas para elaborar um plano. O Plano Real foi idealizado pelos economistas Pécio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan e Edmar Bacha, todos formados e/ou funcionários da Pontifícia Universidade Católica do Rio de

Janeiro (PUC-RIO) que, devido às medidas amargas do plano, ficaram conhecidos pelo apelido de "filhos da PUC" (FIGUEIREDO, 2009, p. 40).

Ainda em 1993, é promovida a sétima mudança de moeda do Brasil, criando o Cruzeiro Real, meramente para ajustar os valores e sem nenhuma intenção de controle do nível de preços. No entanto, os níveis de inflação continuaram altos (FIGUEIREDO, 2009, p. 40).

O Plano Real é um dos eventos mais importantes da história econômica brasileira contemporânea, pois encerra uma série de tentativas de combater a inflação no país: os planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. A construção do Plano Real teve como referências principais o Consenso de Washington² e a experiência advinda do Plano Cruzado (PINHO, 2013, p. 19).

O Consenso de Washington foi de grande importância, não só para o Brasil, mas para a América Latina em geral. O plano seguiu o mesmo roteiro onde foi utilizado: combate à inflação com o uso da dolarização da economia e a valorização das moedas nacionais, associado a uma grande ênfase na necessidade de um "ajuste fiscal" (FILGUEIRAS, 2006).

O Plano Real também pode ser definido como "uma estratégia de estabilização de preços que se fundamentou na adoção de um novo padrão monetário e na implementação de uma âncora cambial." O economista Modenesi (2005) dividiu o plano em três fases: o ajuste fiscal, a reforma monetária e a adoção de uma âncora cambial, que serão explicados a seguir.

² O consenso de Washington foi uma reunião feita em 1989 por economistas, que visavam resolver s problemas da américa-latina, nessa reunião foram discutidas ações liberalizantes para as economias latino-americana ". (Batista, Paulos nogueira 1994).

3.3.1 Ajuste fiscal

A primeira fase do Plano Real, o ajuste fiscal, focou em criar as condições mais adequadas para o novo plano de estabilização. Isso aconteceu através da busca pelo equilíbrio orçamentário da União. Com o objetivo de fazer tal ajuste necessário, foram implementados o Programa de Ação Imediata (PAI) e o Fundo Social de Emergência (FSE) (PINHO, 2013, p. 20).

O primeiro programa previa um conjunto de medidas direcionadas a reorganização do setor público, que incluía: redução e maior eficiência de gastos; recuperação da receita tributária; fim da inadimplência dos Estados e Municípios com a União; controle dos bancos federais; aperfeiçoamento e ampliação do programa de privatização (GOVERNO FEDERAL, 1994).

O segundo possibilitou ao governo que executasse cortes orçamentários para o ano de 1994 e deu maior flexibilidade na utilização de recursos e maior controle do fluxo de caixa (PINHO, 2013, p. 21).

Como demonstrado por Pinho (2013, p. 21-22), as medidas adotadas nesse período buscaram solucionar o desequilíbrio orçamentário do Estado, em particular a fragilidade de financiamento, um dos elementos mais importantes para a aceleração da inflação no Brasil. E apesar de tais instrumentos não terem sido capaz de garantir um equilíbrio fiscal a longo prazo, a curto prazo a inflação foi reduzida. Na realidade até a crise de 1999.

3.3.2 Reforma monetária

A segunda fase, da reforma monetária, teve início em março de 1994 e visava eliminar ou reduzir o componente inercial da inflação, através de uma reforma monetária inspirada na proposta de Pêrsio Árida e Lara-Resende, a moeda indexada. (PINHO, 2013, p. 22).

A longa duração e a intensidade do processo inflacionário no Brasil haviam gerado um largo e complexo sistema de indexação de preços e rendimentos,

o que dificultava a interrupção deste processo. Em uma economia fortemente indexada, como a brasileira, o aumento de preços acontece em resposta ao aumento nos custos, e os custos aumentam novamente em devido ao aumento de preços (PINHO, 2013, p. 23).

Como explicado por Modenesi (2005), o fato de o sistema de indexação brasileira ter uma grande assincronia no reajuste de preços e rendimentos faria com que, caso houvesse uma interrupção brusca do processo inflacionário, ocorresse uma grande transferência de renda dos agentes cujos contrato estavam defasados em favor daqueles que foram ajustados recentemente.

Então, para que a interrupção da inflação fosse neutra, era preciso “alinhar os preços relativos através de um indexador universal, isto é, que servisse de referência para o reajuste de todos os preços em um mesmo momento” (PINHO, 2013, p. 23).

Foi para essa função que criaram a Unidade Real de Valor (URV), em 1º de março de 1994, que pode ser definida como uma unidade de conta plenamente indexada, que evoluía de acordo com a variação *pro rata* dia de um conjunto formado pelos três índices de preços mais utilizados no Brasil: Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice de Preços ao Consumidor (IPC). (PINHO, 2013, p. 23).

Sicsú (1996, p. 73) também descreveu o objetivo da URV como:

Um plano de estabilização deve, portanto, necessariamente reorganizar o rol das demandas sociais pelo produto, compatibilizando-as e unificando-as em uma única unidade monetária. Nas hiperinflações, isso ocorre como consequência da aceleração avassaladora dos preços. Na alta inflação, as condições propícias à estabilização não surgem espontaneamente. Nesse sentido, devem ser estimuladas artificialmente com políticas econômicas. A URV foi criada com o objetivo de cumprir o mesmo papel que o dólar cumpre nas hiperinflações. A URV foi criada para diarizar a economia, para organizar a demanda pela renda real. A soma de todas as remunerações em URV deveria ser exatamente igual ao valor do produto medido na mesma unidade.

Junto à criação da URV, o Banco Central se comprometeu a vender dólares sempre que a paridade URV/dólar se igualasse a 1, deixando a moeda flutuar livremente para baixo, introduzindo-se, desse modo, uma banda cambial assimétrica,

cujo teto era igual a 1 URV. E, em 1º de julho de 1994, a URV se tornou uma moeda plena, chamada de Real, completando a reforma monetária. Em outras palavras, a URV deixou de ser apenas uma unidade de conta e passou a também funcionar como meio de troca e meio de reserva de valor (PINHO, 2013, p. 24).

3.3.3 Âncora cambial

A terceira fase do Plano Real, definida por Modenesi (2005) como a fase da “âncora cambial”, ocorreu de julho de 1994 a janeiro de 1999. Geralmente, dizem que seu início se deu com a publicação da Medida Provisória nº 542, deu curso legal ao Real e determinou as condições de emissão e lastreamento da nova moeda. Segundo Pinho (2013, p. 25):

A MP citada tinha como algumas de suas principais medidas a adoção de metas para a base monetária, que poderiam ser alteradas em até 20% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); o lastreamento da base monetária em reservas internacionais; o estabelecimento de uma paridade fixa entre o real e o dólar, que poderia ser alterada pelo CMN; a transferência da competência de emissão monetária do CMN para o Congresso Nacional e a modificação em sua composição; e a criação de canais de comunicação, facilitando o monitoramento da condução da política monetária pelos poderes Executivo e Legislativo.

Antes da âncora cambial, também houve uma tentativa de adotar um regime de metas monetárias, que não foi bem-sucedido. Um dos motivos para este fracasso foi que a estabilidade da velocidade de circulação do Real – condição necessária para o sucesso do regime das metas monetárias – não aconteceu, já que o processo inflacionário havia gerado uma forte redução na velocidade-renda de circulação da moeda, rompendo, assim, a relação entre os agregados monetários e o nível geral de preços e impossibilitando o Banco Central do Brasil de determinar *ex ante* qual o volume de oferta monetária compatível com a estabilidade de preços (PINHO, 2013, p. 25).

O fracasso das metas para os agregados monetários e a sobrevalorização do Real por força de entrada de volume expressivo de divisas no país acabou por substituir a âncora monetária pela âncora cambial. No entanto, para que o Plano Real fosse bem-sucedido deveria haver uma coexistência da âncora monetária com a

âncora cambial. Então, para que isso funcionasse, o governo poderia optar por restringir pesadamente as entradas de capital ou deixar o câmbio flutuar com limites, adotando um sistema de bandas. E foi escolhida a segunda opção (PINHO, 2013, p. 26).

Pode-se dividir a política cambial adotada nesta terceira fase em quatro etapas: os sistemas de flutuação cambial, a taxa de câmbio fixa, a banda cambial deslizante e a banda cambial rastejante (PINHO, 2013, p. 26).

A primeira etapa, o regime de flutuação cambial, começou em julho de 1994 e durou três meses. Essa etapa foi marcada pela não intervenção do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio, deixando o Real se valorizar excessivamente, como resultado do forte influxo de capital externo decorrente de uma situação de excesso de liquidez internacional (PINHO, 2013, p. 26).

A segunda etapa, do câmbio fixo, ocorreu de outubro de 1994 a fevereiro de 1995. Neste período, o Banco Central parou o processo de valorização do Real, fazendo leilões de compra de dólares. Esta fase também foi marcada pela influência da crise mexicana, em dezembro de 1994, na economia internacional, principalmente exercendo efeitos adversos sobre os fluxos de capital para os mercados emergentes (PINHO, 2013, p. 26).

Em março de 1995, quando o estoque de reservas internacionais do país havia se reduzido significativamente, foi adotada a terceira etapa: uma banda larga de flutuação para o Real. O Banco Central do Brasil começou a realizar intervenções diárias no mercado cambial, manipulando a taxa de câmbio no interior da banda larga, criando, assim, uma “minibanda” de flutuação do Real (PINHO, 2013, p. 26-27).

E em outubro de 1995, inaugura-se a quarta fase da política cambial, que vai durar até a crise de janeiro de 1999. Sobre esta etapa, Pinho (2013, p. 27) explica que “em relação a etapa anterior, ocorreram duas mudanças no sistema cambial, que a caracterizou de uma banda rastejante: o ponto médio da banda cambial elevou-se paulatinamente e a amplitude das bandas foi sendo progressivamente alargada.”

Portanto, é possível afirmar que a política cambial do Plano Real teve como ponto principal manter uma defasagem entre o Real e o dólar norte-americano, com o

objetivo de controlar a inflação. E que isso só foi possível pois havia reservas internacionais, que o Banco Central usou para sustentar a sobrevalorização do Real.

Modenesi (2005), em sua obra, também conclui sobre a âncora cambial que “a teoria prevê que o regime monetário de metas de cambiais representa um primeiro estágio na busca pela estabilidade de preços, não devendo ser adotado como uma estratégia permanente de condução da política.”

3.3.4 Consequências do Plano Real

É importante destacar que, durante o Plano Real, a economia brasileira foi exposta a um grau elevado de abertura, ao mesmo tempo em que o Real foi mantido artificialmente sobrevalorizado. Assim, diversos setores produtivos, que antes eram protegidos por barreiras comerciais ou tarifas de importação, foram expostos à concorrência internacional, que continha produtos de qualidade muito semelhante ou superior aos brasileiros (PINHO, 2013, p. 27). Assim, muitas empresas acabaram não resistindo à competitividade e outras perderam parte das suas vendas para o mercado internacional.

Junto a isso, o sucesso no combate à inflação do Plano Real estava diretamente relacionado ao fato de que a economia do país estava pouco aquecida. A estratégia acabou gerando efeitos negativos sobre os níveis de produção e emprego.

Em 1994, ano em que se inicia a adoção da nova moeda, o PIB cresceu 5,85%. Em 1995, ano em que o Governo teve de responder à crise no México, o crescimento do PIB reduz para 4,22%. E no ano seguinte, a taxa de crescimento do PIB cai ainda mais, para 2,21%. Embora a taxa de crescimento do PIB chegue a crescer novamente em 1997, para 3,39%, em 1998, volta a cair, devido à crise na Ásia, chegando a 0,34% (SEBRAE, 2022).

Quanto a taxa de ocupação, num primeiro momento o Plano Real diminuiu o desemprego, mas depois a taxa volta a crescer. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA 1992 - 2014), que indicam o percentual das

pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho, em 1992, a taxa de desemprego no país era de 7,2%. Em 1993, esse número diminuiu para 6,8% e para 6,7% em 1995. Porém, o número só aumenta nos próximos anos: 7,6%, em 1996; 8,5%, em 1997; 9,7%, em 1998; e chega a 10,4%, em 1999.

Nesse capítulo foi possível de se observar todo o contexto pelo qual Brasil passou no final dos anos 1980 e anos 1990, para o próximo capítulo será abordado sobre como as ações tomadas nesse período afetaram a indústria brasileira.

4. A INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 90

Este capítulo tem como objetivo trazer uma conexão entre os dois capítulos anteriores, e fazer uma análise de como as mudanças que ocorreram no Brasil nos anos 1990 a 2000 afetaram a indústria seja via emprego ou via produção industrial. Para trazer os dados do emprego foram utilizados os dados da pesquisa mensal do emprego (PME) que traz dados mensais das principais metrópoles brasileiras. Da relação anual de informações sociais (RAIS). Os dados que foram utilizadas dos para a produção foram retirados do IPEA data e IBGE.

4.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO NOS ANOS 1990 – 2000

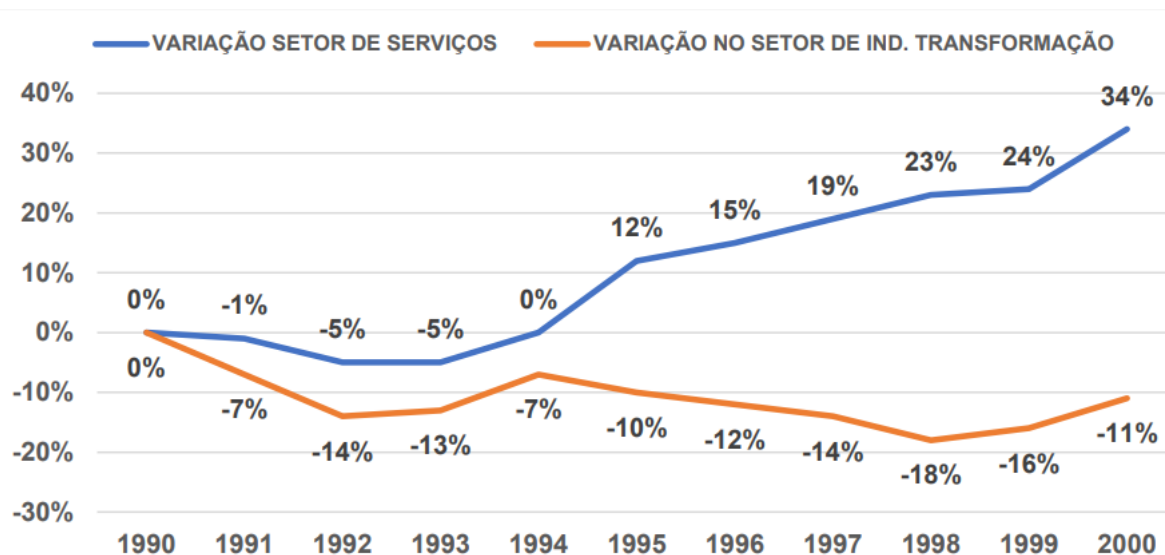
Os anos 90 foram marcados por dois períodos, de 1990 até 1994 como um período de recessão, combate à inflação, abertura da economia e início da desindustrialização no país e a partir de 1994 com o plano real, no período de acordo com dados do IBGE a taxa média de desemprego do país saltou de 4,3% no início de 1990 para 7,6% ao fim de 1999, e os empregos no setor industrial caíram de 23,8% da população para 16,3% ao fim do período.

Apesar da recessão e inflação fora de controle a taxa de desemprego teve um crescimento moderado de 4.3% em 1990 para 6,5% em 1992 no auge da recessão, e até o fim de 1993 chegou à 5,6% de acordo com o PME, o setor industrial nos anos 90 foi o mais impactado, com um período de estagnação e outro de queda de 10% no nível de empregos, porém foi parcialmente compensada pelos setores de comércio e serviços em que o nível de emprego se manteve estável durante a recessão e após o período cresceu de forma expressiva.

Quando se observa a indústria de transformação é possível que de se observar que ano após ano esse setor está empregando cada vez menos pessoas, em contrapartida os setores de serviços estão cada vez mais demonstrando um aumento

de pessoas empregadas nele. Os gráficos 1 e 2 trazem dados referentes aos anos de 1990 e 2000 que mostra a evolução dos empregos nesses setores.

Gráfico 1: Evolução da indústria de transformação e serviços



Fonte: Rais. Elaboração Própria

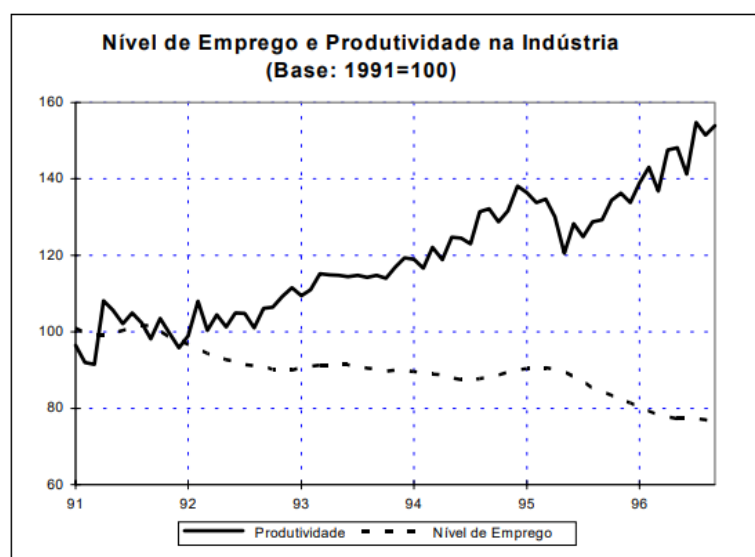
Analisando os dados empíricos, dentro da definição de desindustrialização o Brasil no período entre os anos 1990 a 2000 está passando por um processo de desindustrialização quando se analisa esse conceito pela via do emprego, que é o conceito clássico formulado pelos Rowthorn e Wells (1987), as taxas de empregos industriais no período apresentaram quedas contínuas e persistentes acumulando 16% de queda até o ano de 1999 e dando uma pequena recuperada no ano 2000 alcançando -11% no período total, em contrapartida o setor de serviços inicia a década com uma queda contínua, mostrando que o Brasil estava passando por uma crise generalizada, porém a partir de 1994 o setor de serviços começa a elevar as suas taxas de forma bem agressiva, acumulando 12% de elevação de um ano para o outro, esse crescimento é contínuo até o ano de 1999 que acumulava 24% de elevação e no ano de 2000 essa taxa teve um crescimento de 10%. Analisando os dados é possível de se observar o processo de desindustrialização a década inteira dos anos 90, porém no início o Brasil estava com problemas que afetavam inclusive o setor de serviços, no entanto a partir de 1994 os serviços conseguem se recuperar e a indústria de

transformação continua a cair, mostrando que não era uma queda simples e que seria retomada com a volta da força da economia.

O declínio da relevância da indústria como participação no emprego, pode ter algumas explicações, para Saboia (2000), a abertura da economia, crescimento econômico ter sido modesto nos anos 90 (com exceção dos anos 1993 a 1995) e a própria modernização da indústria, tiveram impacto nesse quesito.

A abertura da economia foi o principal fator para esse movimento em relação aos empregos do setor industrial, a abertura tornou possível a evolução do setor com novas tecnologias, aumentando a eficiência com melhor qualidade dos produtos e eficiência na produção, em contrapartida causou diminuição do setor na participação na economia nacional (MOREIRA, 1999), a figura 2 mostra a seguir a dinâmica do aumento de produtividade e a redução do emprego industrial.

Figura 2 Nível de emprego e produtividade



Fonte: RAMOS, Emprego no Brasil nos anos 90.

O aumento da eficiência do trabalho se dá por conta de novas tecnologias implantadas na indústria pela abertura comercial e é feita por via de 4 formas (MOREIRA, 1999):

Melhor qualidade de insumos e máquinas importadas que permitem melhor qualidade e eficiência na produção, fazendo com que os produtos finais sejam melhores, com menos custos e menor tempo de produção.

Competitividade entre os países em produzirem os melhores produtos tornando possível sua exportação e autossuficiência da demanda nacional do produto com isso diminuiria as chances de importarem de outros países.

Eliminação competitiva é um fator determinante para esse processo, pois as empresas com produtos piores e menos eficientes em sua produção seriam eliminadas do mercado, sobrando assim apenas empresas que possuem tal avanço.

Especialização induzida pelo comércio internacional é o último fator no qual os países levam em consideração as vantagens comparativas em que elas produzem e exportam o que produzem com mais eficiência e importam os que não são tão eficientes ou não conseguem produzir.

As novas tecnologias tornaram possível a diminuição no número de funcionários e a melhora na qualidade de mão de obra, requisitando especializações dos funcionários que estão na empresa e contratando novos funcionários com ensino superior ou algum tipo de especialização, apesar de alguns estudos informarem que o método não é tão eficiente para inserção dos desempregos no mercado de trabalho, um maior estímulo aos desempregados a buscar adquirir conhecimentos por meios de instituições profissionais como SESI e SENAC também foi um fator importante para a qualificação da mão-de-obra nas indústrias (IPEA, 1997).

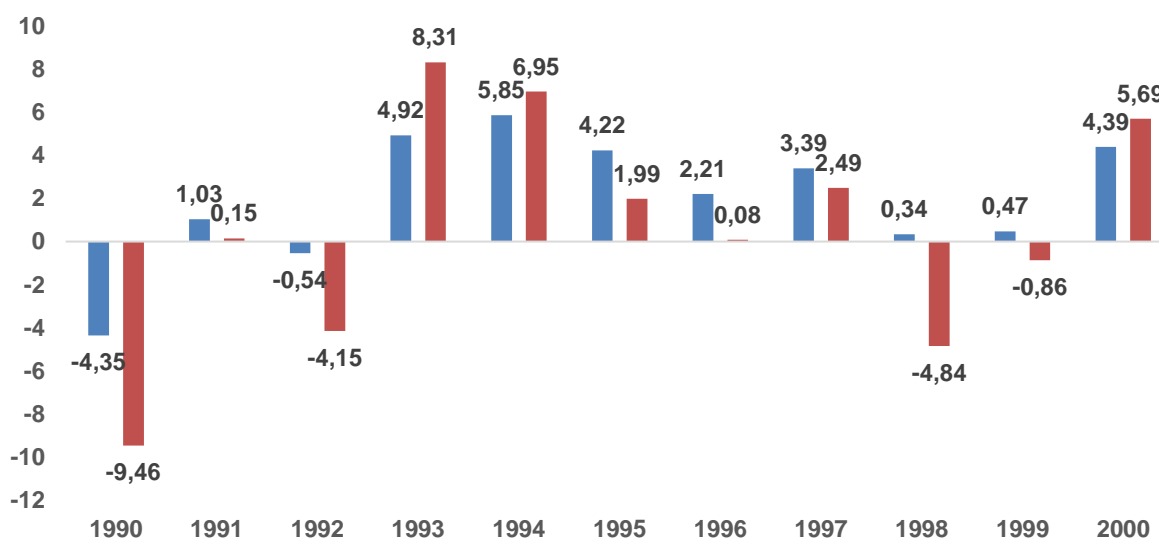
4.2 PRODUÇÃO INDUSTRIAL NOS ANOS 1990 - 2000

A análise da produção industrial, é o método mais utilizado pelos autores brasileiros como Wilson Cano (2012), José Luiz Oreiro (2010) e entre outros economistas quando se faz a análise da desindustrialização brasileira.

Quando se observa as variações reais da indústria de transformação e do PIB, no período entre 1990 a 2000, a indústria de transformação teve uma volatilidade mais alta do que o PIB, no ano de 1990 a queda da indústria de transformação, foi bem acentuada caindo mais de 9% de um ano para o outro, no ano seguinte esse movimento não foi recuperada e a indústria ficou estagnada, já no ano de 1992 a indústria caiu mais de 4%, esse movimento pode ser explicado pela recente abertura

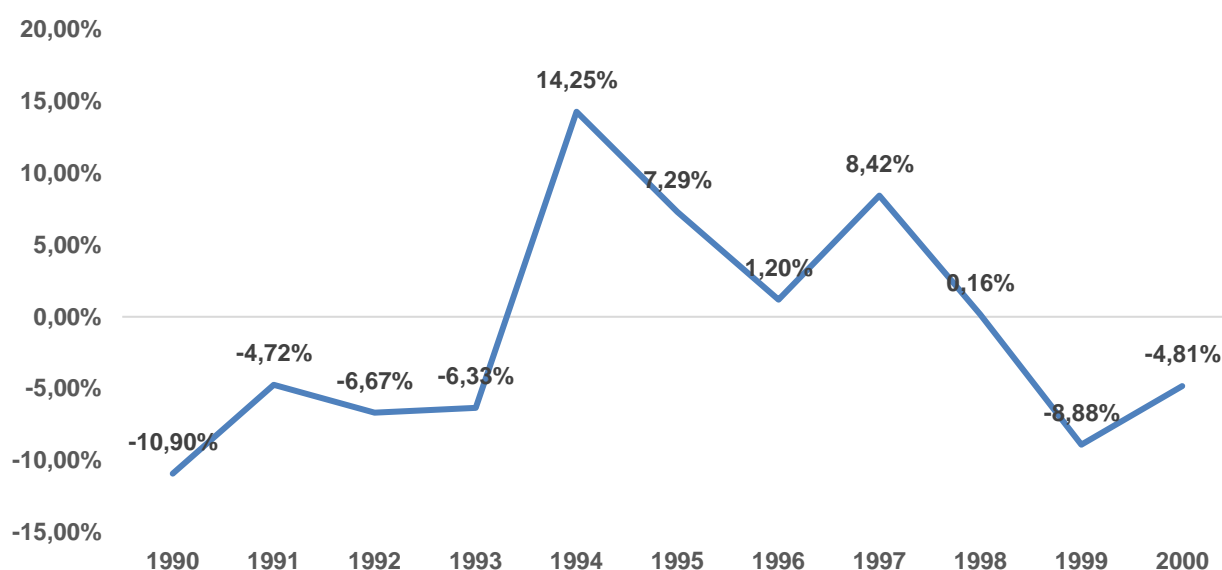
comercial e dificuldade das empresas se adaptarem a falta de barreiras protecionistas, nos anos 1993 teve o início do plano real que conseguiu recuperar a economia e como consequência a indústria de transformação. Já no final da década houve uma queda mais acentuada que pode ser explicada por alguns elementos, a liberalização comercial, sobrevalorização cambial, taxas de juros elevadas e os choques externos, (WASQUES et. al 2012). Essas medidas dificultaram os investimentos físicos das empresas, e a formação bruta de capital fixo teve uma pequena queda em 1998, porém no ano de 1999 houve uma queda de 8,88%. O gráfico 4 abaixo demonstra a variação anual real da indústria de transformação em comparação com PIB e o gráfico 5 como foi a variação da formação bruta de capital fixo.

Gráfico 2: Variação real anual indústria de transformação e PIB 1990 – 2000 (Números em variação percentual)



Fonte: IPEA data, Elaboração própria.

Gráfico 3: Variação real formação bruta de capital fixo – 1990 - 2000



Fonte: IPEA data, Elaboração própria.

Outro fator relevante quando se aborda a indústria de transformação, é o quanto a indústria consegue adicionar ao valor da mercadoria, esse número desde os anos 1980 vem sofrendo com reduções ano após ano, a tabela 1 a seguir demonstra quanto em percentual a indústria de transformação consegue adicionar valor aos produtos, esse indicador tem bastante relevância para análise, pois é através dele que é possível de se analisar o quanto as indústrias brasileiras estão agregando valor as mercadorias, quanto maior esse valor, mais relevante a indústria de transformação se torna, e utilizando da perspectiva que esse setor é fundamental para o crescimento das economias. A tabela 2 demonstra a evolução desse indicador nos anos 1990 até 1998.

Tabela 1: Valor adicionado

ANOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
VA	25,7	23,8	22,7	21,6	21	20,6	20	18,2	19,1

Fonte: Marqueti, (2002, p 121)

Nos anos 1990 houve uma queda constante desse indicador, porém não é possível atribuir essa queda a medidas tomada nos anos 1990, pois o início dessa queda foi observado já em 1988 onde em 1985 participação era de 31,6% e passa

para 28,6% em 1988. As medidas dos anos noventa podem ter acarretado uma queda mais acentuada desse indicador, porém é mais provável que ocorreu um agravamento da situação e não que não estava ocorrendo antes.

Quando se analisa a balança comercial brasileira através da década, houve uma queda tanto nas exportações quanto nas importações principalmente após o ano de 1995, ano esse que foi instaurado a última medida da ancoragem cambial, houve uma queda elevada tanto nas exportações e importações. As tabelas 3 e 4 mostram como foi o comportamento das exportações e importações quando se utiliza a ótica de alguns tipos de produtos, em relação ao seu valor agregado.

Tabela 2: EXPORTAÇÕES - GRUPOS 1990 - 2000
(PREÇOS ÍNDICE 2018 = 100)

ANO	EXPORTAÇÕES			
	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS DE CAPITAL	BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	BENS DE CONSUMO DURÁVEIS
1990	78,6	84,8	85,5	105,1
1991	77,5	88,5	80,6	108,9
1992	74	91,5	79,7	107,8
1993	69,8	75,8	70,5	94,8
1994	77,6	85,5	81,8	97
1995	89,3	88,2	93,8	106,4
1996	65,2	63,2	80,3	87,5
1997	66,5	66,2	74,4	90,3
1998	60,4	69,6	73,5	87
1999	51,8	63,7	65,9	73,3
2000	53,6	68	61,6	73,3

Fonte: IPEA data, Elaboração própria.

Tabela 3: IMPORTAÇÕES GRUPOS 1990 - 2000
(PREÇOS ÍNDICE 2018 = 100)

IMPORTAÇÕES				
ANO	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS DE CAPITAL	BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	BENS DE CONSUMO DURÁVEIS
1990	118,7	164	113,9	136,1
1991	113	151,5	108,8	100
1992	109,3	146,5	106,2	104,4
1993	101,3	136	103,5	101
1994	98,8	126	101,1	98,3
1995	103,6	114,6	99,6	98,7
1996	79,4	99,5	78,6	88,4
1997	74,5	92,9	75,2	84,1
1998	70,4	92,1	77	83,9
1999	69,2	94,9	74,3	81,1
2000	66,5	88,1	66,3	76,9

Fonte: IPEA data, Elaboração própria.

No início da década dos anos 90 as importações de bens de capital estavam em volume elevado, as importações de bens de capital estavam muito alta, provavelmente este período a abertura comercial estava fazendo com que as empresas melhorassem seus equipamentos, para conseguir competir com as empresas internacionais, no entanto o ritmo das importações e exportações tem uma tendência de queda continua e no ano de 1995 para 1996, tanto exportações e importações tiveram quedas expressivas, esse ano teve como característica a última medida da ancoragem cambial feita pelo plano real onde a moeda nacional foi sobrevalorizada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo sobre desindustrialização, trouxe dados sobre como o processo de desindustrialização tem impacto sobre o crescimento econômico e sobre o desenvolvimento das economias, o setor industrial é de vital importância para que os países tenham um crescimento sustentável, mesmo que esse processo seja natural em países desenvolvidos, quando ele ocorre precocemente, dificulta em alto grau o crescimento.

O plano real foi um plano que teve bastante sucesso em conter a inflação, e as medidas implantadas nele mudaram bastante a economia brasileira, o câmbio sobrevalorizado, privatizações, e maior grau de abertura econômica, forçaram as empresas a se adaptarem ao novo padrão do cenário brasileiro.

Após feita as observações dos dados, as medidas implantadas no plano real tiveram impactos no processo de industrialização Brasileira, no entanto não foi o causador principal desse fenômeno no Brasil.

Quando se utiliza o conceito clássico de desindustrialização (desindustrialização pela participação no emprego), foi possível de se notar que após a implementação do plano a indústria de transformação teve uma perda significativa no contingente de trabalhadores, em contrapartida no mesmo período o setor de serviços teve uma trajetória ascendente em sua participação no número de empregos, fatores como redução de custos e melhores equipamentos que podiam ser importados devido ao câmbio sobrevalorizado, fizeram com que os volumes de produção da indústria não tivessem um movimento muito diferente em relação ao PIB mesmo com um número de empregados menor.

Quando se analisa o quanto a indústria de transformação brasileira está adicionando de valor às mercadorias, é possível de se notar que há uma redução contínua nos anos 1990 a 2000, contudo esse movimento já tinha dado início depois do ano de 1985, o que pode ser atribuído ao plano real é que como produtos de alto valor agregado possuem uma concorrência internacional elevada, as empresas que conseguiam atuar nesse mercado interno, foram substituídas pelas importações.

REFERÊNCIA

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. **A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**, 1994.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luís. A doença holandesa. **Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não**, p. 141-171, 2009.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil. Economia e sociedade**, v. 21, p. 831-851, 2012.

DA SILVA, José Alderir; DE LOURENÇO, André Luís Cabral. **Revisitando o conceito de desindustrialização. Oikos**, v. 13, n. 1, 2014.

FIGUEIREDO, G. P. *Principais planos de estabilização: uma comparação com o Plano Real*. Monografia (Bacharelado) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

Franco, G 1999, “**A inserção externa e o desenvolvimento**” Revista de economia política, vol. 18, nº. 3 (71), agosto. 2022.

GREMAUD, Amaury Patrick e VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de e TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas..

GOVERNO FEDERAL. **Criação da URV: Exposição de Motivos; Medida Provisória**; Decreto. Brazilian Journal of Political Economy, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 141-152, 1994.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Taxa de desemprego. 2022**.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **PIB VARIAÇÃO ANUAL REAL.2022**

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **PIB INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO VARIAÇÃO ANUAL REAL**.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO VARIAÇÃO REAL**.

MARQUETTI, Adalmir Antonio. **Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998**. Estudos Econômicos (São Paulo. Impresso), 2002.

MODENESI, A. *Regimes Monetários: Teoria e a Experiência do Real*. Barueri: Manole, 2005.

MOREIRA, Maurício Mesquita. A indústria brasileira nos anos 90: o que já se pode dizer? 1999.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, p. 219-232, 2010.

PALMA, J. G. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. 2005. In: **Trabalho apresentado na Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, FIESP e IEDI**. 2005.

Pinheiro, AC, Giambiagi, FF e Moreira, MM 2001, **O Brasil na década de 90: Uma transição bem-sucedida?** BNDS, IE-UFRJ, BID.

PINHO, J. S. **Plano Real: teoria e avaliação (1944-99)**. Monografia (Bacharelado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RAMOS, Lauro Roberto Albrecht; REIS, José Guilherme Almeida. Emprego no Brasil nos anos 90. 1997.

WASQUES, Renato Nataniel; TRINTIM, J. G. **Uma análise do desempenho da indústria de transformação brasileira na década de 1990: ocorreu um processo de desindustrialização**. XL Encontro Nacional de Economia, 2012.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.2022.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NO SETOR DE SERVIÇOS.2022.

ROWTHORN, Robert E. **De-Industrialization Foreign**. Cambridge University Press, 1987.

SABOIA, João Luiz Maurity. **Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional**. 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Evolução do PIB. 2022**.

SICSÚ, J. *A URV e sua função de alinhar preços relativos*. Revista de Economia Política, v.16, n.2 (62), Rio de Janeiro, 1996.

TREGENNA, Fiona. **The contributions of manufacturing and services to employment creation and growth in South Africa.** South African Journal of Economics, v. 76, p. S175-S204, 2008.